



ACÓRDÃO Nº 762/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2268/2014.**
Aposos: Processo nº 4562/2013.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde - FMS
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Advogado:** Não Possui.
- 6- **Responsável:** Antônio Evandro Melo de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3334/2017-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 2580/2583).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde - FMS. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Antônio Evandro Melo de Oliveira**, responsável pelas contas do **Fundo Municipal de Saúde**, no curso do **exercício 2013**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei Estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica TCE/AM) c/c art. 11, II, “a”, “1” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução TCE/AM nº 04/02 (Regimento Interno TCE/AM);
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Antônio Evandro Melo de Oliveira** no valor de **R\$ 216.606,08** (duzentos e dezesseis mil, seiscentos e seis reais e oito centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o Fundo Municipal de Saúde - FMS, referente às despesas realizadas com serviços/obras de engenharia e não comprovadas satisfatoriamente. Infrações discriminadas nos itens 6.16, 6.19, 6.27, 6.29, 6.34, 6.35, 6.36, 6.38 e 6.41 do Relatório Conclusivo n. 062/2015, ratificada pelo Relatório Conclusivo n. 115/2016 da Diretoria de Obras Públicas – DICOP, e, reproduzidos no Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Antônio Evandro Melo de Oliveira** no valor de **R\$ 13.152,37** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 762/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com base no art. 54, II e III, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, V e VI, da Resolução TCE/AM nº 04/02, referente às impropriedades citadas no item anterior. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Antônio Evandro Melo de Oliveira no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto as impropriedades contidas nos Itens 01 ao 08, 10, 12 e subitens 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.8, 11.10, 11.11, 11.14, 11.16 e 11.17, do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 10.5. Representar ao Ministério Público Estadual**, de acordo com o inciso XXIV do art. 1º da Lei n. 2.423/96, para que apure a responsabilidade e improbidade administrativa do **Sr. Antônio Evandro Melo de Oliveira**, Gestor e ordenador das despesas referente ao exercício de 2013, do Fundo Municipal de Saúde, por infringência às normas legais já mencionadas;
- 10.6. Determinar a Dicrex** que expirado o prazo, no caso de não-recolhimento dos valores da condenação, a instauração de cobrança executiva, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Julho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral